

Vozes do Passado

Os empresários passaram tantos anos sob a proteção do Estado, especialmente no autoritarismo, que ainda não se deram conta que o Brasil mudou e tem, desde março do ano passado, um presidente eleito pelo voto direto e por maioria absoluta.

A crise nacional é gravíssima, e exige despreendimento e colaboração de todos em favor exclusivo do país. Não é hora de pensar pequeno, em interesses regionais, estaduais, setoriais, cartoriais e corporativos. O velho jogo de puxar a brasa para a sardinha de cada um não cabe mais. Exigiria, pelo menos, dois brasis para contentar a todos.

É o que explica a persistência da inflação, com o esgarçamento das finanças do Estado, que era a fonte onde todos procuravam saciar seus apetites. Como a mina secou, o Brasil real ficou menor do que as demandas. Cada um deve fazer sacrifícios para se garantir a governabilidade em meio às dificuldades.

Os governos democráticos não governam apenas para os que o elegeram: devem ter em conta o bem-comum. O Brasil vive a persistência da febre inflacionária, apesar das duras medidas tomadas pelo governo federal para conter seus gastos e equilibrar o orçamento.

Um dos motivos dessa recidiva foi a remarcação desenfreada de preços por vários segmentos empresariais, na expectativa da retomada do consumo a partir da liberação dos cruzados novos congelados em março do ano passado. O governo contrariou os empresários que especularam com estoques, desestimulando o saque dos cruzados e freando o crédito.

O Ministério da Economia, que controla o Banco Central, acionou os instrumentos clássicos para debelar os surtos inflacionários: além de maior aperto nos gastos (que resultou num superávit fiscal recorde de Cr\$ 116 bilhões em agosto), forçou a alta das taxas de juros, para tornar a estocagem um risco empresarial. Sendo o di-

nheiro a mercadoria mais nobre na economia de mercado (por ser instrumento de troca comum a todas as transações), seu encarecimento obriga à venda de bens e estoques para o reequilíbrio do jogo.

É assim que se faz na Europa, no Japão e nos Estados Unidos para derrubar a alta dos preços. Os empresários brasileiros, no entanto, acham que aqui cabe uma política heterodoxa. Aumentam os preços, mas em vez de reverter o processo, com liquidações apressadas quando os juros sobem, querem apenas amarrar os juros, sem nenhum compromisso de queda dos preços. A economia de mercado não pode valer só numa ponta.

Pior do que esse comportamento — que ficou explícito no encontro de algumas lideranças empresariais com o presidente da República na semana e na entrevista (pela televisão) do presidente da federação das indústrias do Rio Grande do Sul, que recusou a hipótese da queda de preços — são as manobras de bastidores dos pesos pesados do empresariado paulista para trocar o comando do Ministério da Economia.

São Paulo já teve um peso excessivo na economia e no ministério. Bastaria lembrar a desastrosa troca de Mário Henrique Simonsen por Delfim Netto no comando do Ministério do Planejamento, em 1979, para não falar das experiências traumatizantes dos choques aplicados pelos três últimos ministros paulistas desde Dilson Funaro, em 1985.

O embaixador Marcilio Marques Moreira é das pessoas mais qualificadas que já passaram pelo comando da economia brasileira, com alto prestígio dentro e fora do Brasil. Ele governa a economia e não atua como um gerente flexível às influências deste ou daquele segmento empresarial ou cartorial. A abertura da economia brasileira, para chegarmos ao Primeiro Mundo, não comporta mais essa política anacrônica.